

GUIA DE PROCEDIMENTOS **CONVÊNIOS**



GUIA DE PROCEDIMENTOS

CONVÊNIOS

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

José Ivo Sartori
Governador do Estado

Giovani Feltes
Secretário de Estado da Fazenda

Álvaro Fakredin,
Subsecretário da Fazenda e Contador e Auditor-Geral do Estado

Março de 2018

SUMÁRIO

Apresentação	5
Introdução.....	7
Fluxogramas	11
Listas de Verificação	15
Perguntas e Respostas	49

GUIA DE PROCEDIMENTOS CONVÊNIOS

APRESENTAÇÃO

APRESENTAÇÃO

Nos últimos três anos, nossa equipe de auditores, técnicos e colaboradores trabalhou arduamente para a melhoria dos processos de gestão e de controle do Estado do Rio Grande do Sul. Procuramos, em todas as ações executadas, adotar uma política de maximizar resultados mesmo em um cenário de recessão econômica nacional, implementando ações e orientações que possibilitaram aos administradores públicos estaduais maior conhecimento técnico e eficácia na sua tomada de decisões.

No auge de sua existência como Órgão de Controle Interno do Estado, com atuação única no país junto aos três Poderes, ao Tribunal de Contas, ao Ministério Público e à Defensoria Pública, a Contadoria e Auditoria-Geral do Estado – CAGE é uma referência no controle interno, no controle de gestão fiscal, na transparência, no combate à corrupção e, especialmente, na orientação aos gestores.

Ressalte-se que este novo produto de orientação será integrado à galeria dos outros realizados nos últimos três anos como a criação do *app* PILAS R\$ e dos sistemas de dados e de controle: Portal de Convênios e Parcerias, Sistema de Gestão de Obras (SGO), novo Portal Transparência RS e o Sistema de Administração do Patrimônio do Estado (APE). Esses, somados ao Relatório de Governança, à nova edição do Manual de Orientação do Gestor Público, ao Guia de Orientação Especial – Eleições 2018 e ao Guia de Procedimentos – Parcerias, foram iniciativas que se propuseram a qualificar a atuação dos gestores, bem como publicizar à população a respeito da atuação de seus governantes.

Por isso a alegria desta Subsecretaria da Fazenda e Contadoria e Auditoria-Geral do Estado – CAGE que, em comemoração aos seus 70 anos de história, disponibiliza seu décimo novo produto desde 2015 até aqui: o Guia de Procedimentos – Convênios. Nosso objetivo é orientar tanto os administradores públicos acerca das regras relativas à celebração de convênios com hospitais e municípios para o atingimento de objetivos comuns e prestação de serviços públicos cada vez melhores à sociedade, quanto também orientar os administradores hospitalares e os prefeitos municipais acerca as melhores práticas e os procedimentos que lhes serão exigidos quando receberem recursos por meio de uma relação de convênio com o Governo Estadual.

Boa leitura.

Álvaro Panizza Salomon Abi Fakredin
Contador e Auditor-Geral do Estado

GUIA DE PROCEDIMENTOS CONVÊNIOS

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

Os servidores designados pela Portaria CAGE nº 30, de 17 de maio de 2017, foram incumbidos de elaborar um Guia de Procedimentos sobre Convênios, em virtude do volume expressivo de recursos que o Estado repassa por meio de transferência voluntária a órgão ou entidade pública de outra esfera de governo ou entidades beneficentes de assistência social da área da saúde, especialmente a Municípios e Hospitais, da necessidade de estabelecer regras uniformes acerca da matéria, e da importância do papel orientativo da CAGE junto aos gestores, com vistas a assegurar a execução eficaz das políticas públicas.

A elaboração desse Guia deu-se sob a luz da Instrução Normativa CAGE nº 06, de 27 de dezembro de 2016, e da Portaria Interministerial Nº 424, de 30 de dezembro de 2016.

A execução dos trabalhos foi orientada por três grandes metas, a saber:

1. revisão dos normativos expedidos pela CAGE sobre convênios;
2. criação de instrumentos voltados à transparência e ao controle de resultados; e
3. elaboração de um guia que possibilitasse ao gestor público o atingimento dos objetivos propostos, quando da formalização dos convênios.

Por primeiro, no que se refere à ação revisional, esta contou com a colaboração efetiva de servidores dos diversos órgãos e entidades que compõem a Administração Pública, em especial de Coordenadores Seccionais, fruto da experiência, da vivência e da atuação na linha de frente.

Neste diapasão, foi republicada em 01 de fevereiro de 2018, por consolidação, a Instrução Normativa CAGE Nº 06, de 2016, que trouxe novas regras no trato de questões essenciais ao regular andamento dos convênios, tais como: Plano de Trabalho, Projeto Básico, Termo de Referência, Lista de Verificação, Termo de Convênio, Aditivo, Alteração, Publicidade, Controle Social e Institucional, Termos de Cooperação, Termos de Compromisso e Prestação de Contas.

Por segundo, no que concerne à criação de instrumentos que possibilitem o agir com transparência na aplicação dos recursos públicos e a priorização do controle de resultados pelos gestores, foram elaborados Fluxogramas e Listas de Verificação e, ainda, efetuada a compilação de consultas, sob forma de Perguntas e Respostas, que perpassam todos os atos inerentes à assinatura de um convênio.

Por terceiro, quanto à real possibilidade dos gestores públicos aferir a efetividade dos objetivos propostos quando da celebração dos termos de convênio, o trabalho procurou demonstrar, de forma concisa e objetiva, a utilidade de um Guia

que, além de estar consubstanciado em normas que têm por fundamento maior a tutela do interesse recíproco e da mútua cooperação, buscou trazer aspectos práticos para os operadores, nas diversas etapas de celebração, execução, fiscalização, prestação e aprovação das contas.

Todavia, a função de orientação é permanente e contínua e assim acontecerá com relação a este Guia, que será disponibilizado no Sistema de Informações da CAGE – SIN-CAGE, no endereço eletrônico www.legislacao.sefaz.rs.gov.br, na seção Convênios e Parcerias CAGE/DCD, e atualizado tempestivamente, a partir das dúvidas encaminhadas e das alterações no arcabouço legal que disciplina o instituto dos Convênios.

Carlos Alexandre Calzavara Rocha

Lucas Carvalho

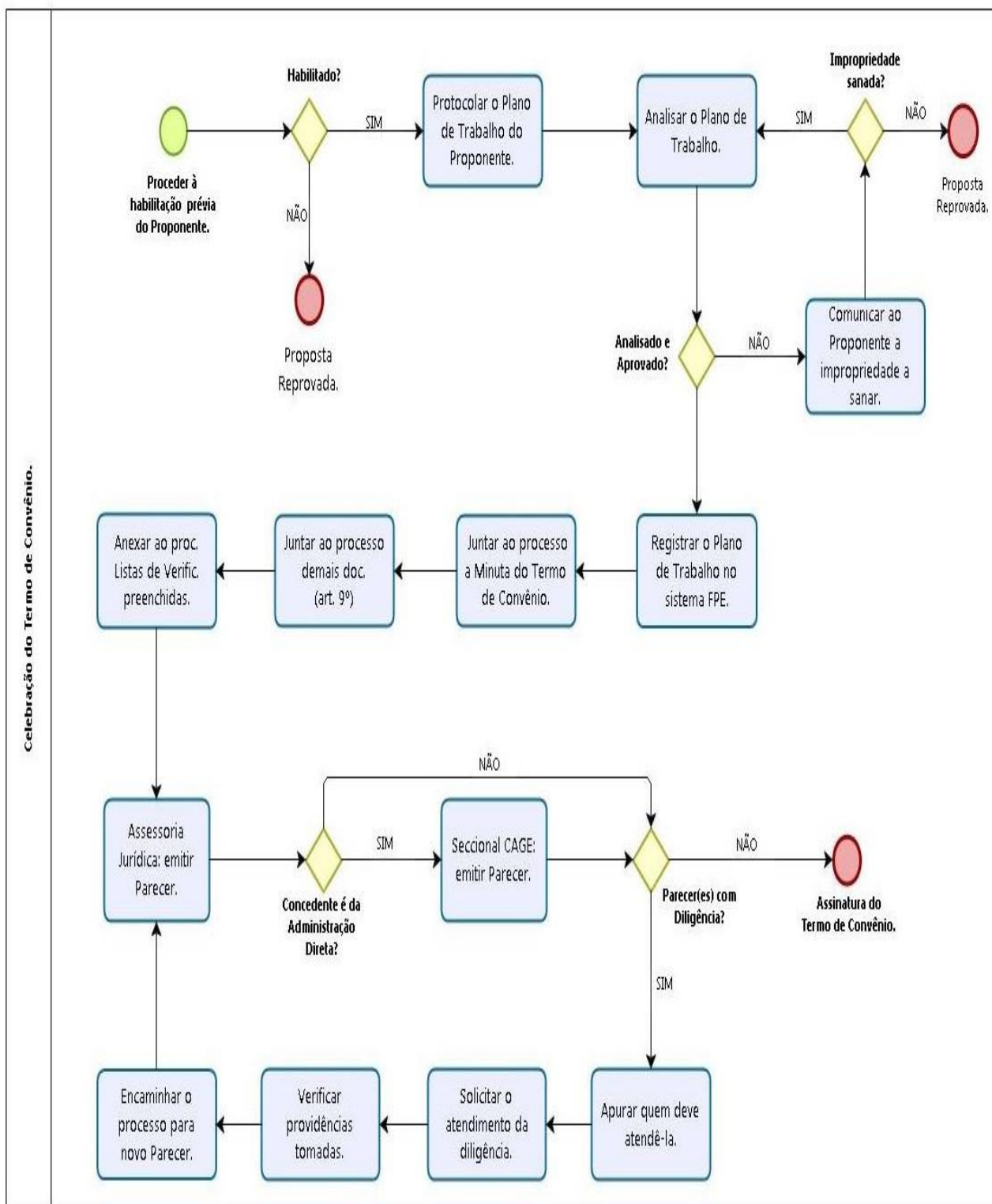
Vera Rejane Goulart Gonçalves

GUIA DE PROCEDIMENTOS **CONVÊNIOS**

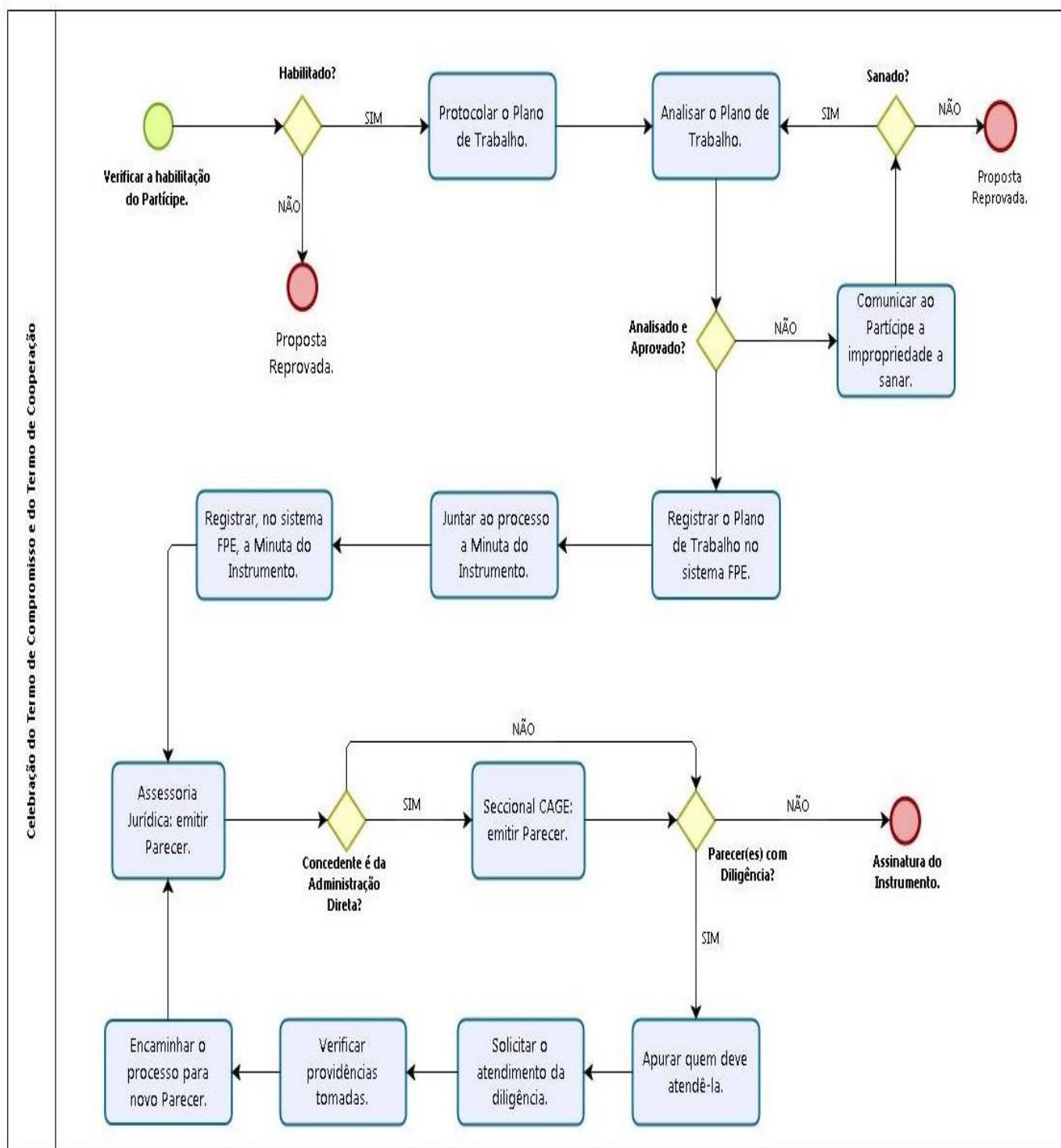
FLUXOGRAMAS

FLUXOGRAMAS

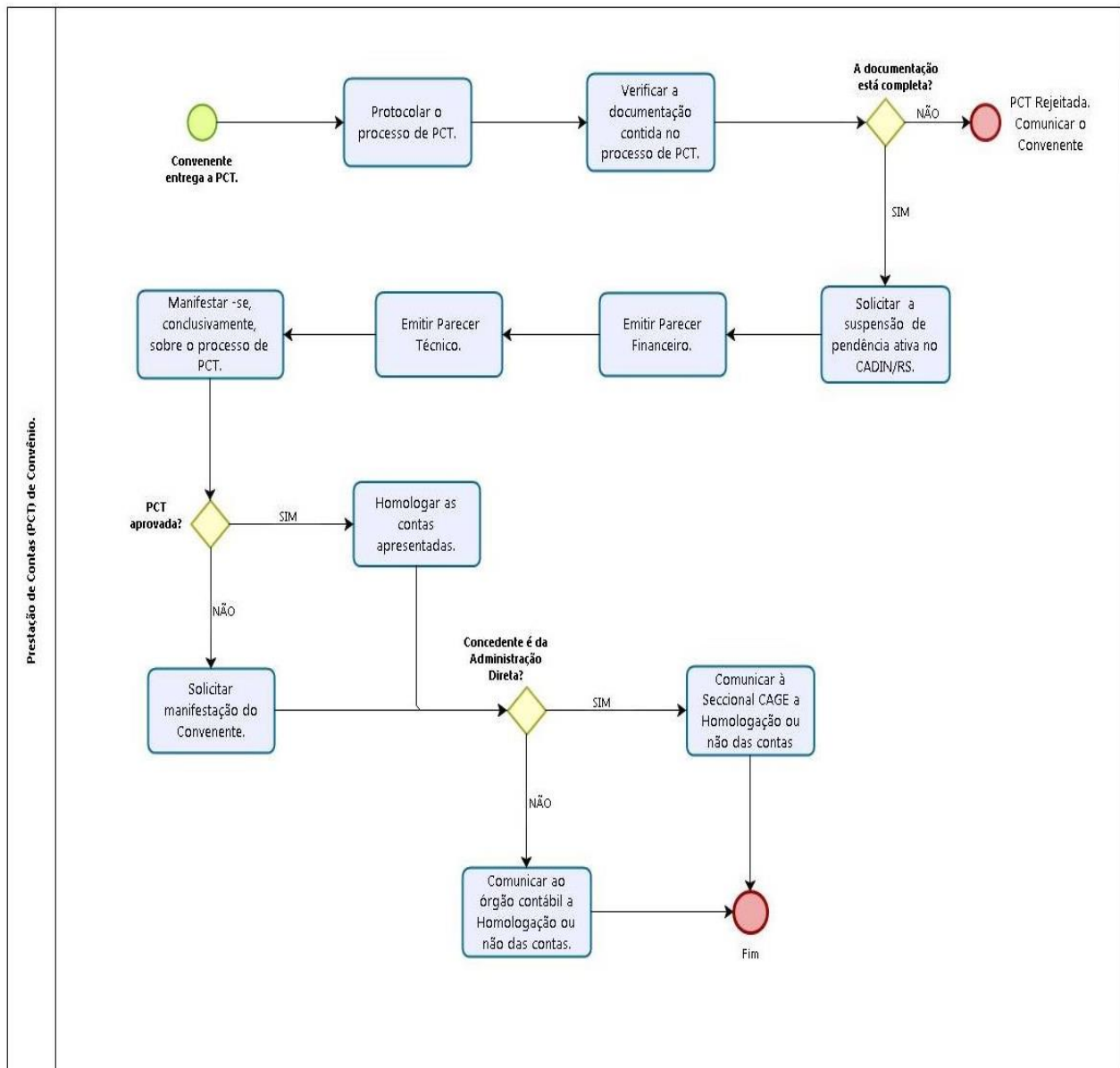
Celebração do Termo de Convênio



Celebração de Termo de Compromisso e de Termo de Cooperação



Prestação de Contas de Convênio



GUIA DE PROCEDIMENTOS **CONVÊNIOS**

LISTAS DE VERIFICAÇÃO

CONVÊNIOS ADMINISTRATIVOS

LISTA DE VERIFICAÇÃO

Habilitação

Legislação de Regência: Lei Federal nº 8666/93, Instrução Normativa CAGE nº 06/2016 e Circular CAGE nº 03, de 11 de junho de 2012.

Item	Requisito	SIM	NÃO	N/A ¹	Número da folha no processo ²	Fundamento Jurídico
<p>Os órgãos ou entidades da administração pública estadual procederão a habilitação prévia dos proponentes, para fins de celebração de convênio, mediante a apresentação dos seguintes documentos:</p> <p><i>Obs: Considera-se como referência, para fins de exame da validade dos documentos previstos neste artigo, a data em que tiverem sido juntados ao processo, sendo obrigatório o registro dessa data no corpo dos documentos. (art. 4º, § 2º)</i></p>						Art. 4º
1	Quando se tratar de Municípios:	-	-	-	-	Art. 4º, I
1.1	- ata de posse ou ato de designação do Prefeito (cópia)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>		Art. 4º, I, a
1.2	- documento de identidade do Prefeito (cópia)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>		Art. 4º, I, a
1.3	- CPF do Prefeito (cópia)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>		Art. 4º, I, a
1.4	- Certidão para Habilitação em Convênios (CHE). <i>Obs: A ausência do CHE deve ser suprida pelos documentos dispostos no art. 4º, I, b-k.</i>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>		Art. 4º, § 3º
2	Certidão para Habilitação em Convênios (CHE) indica a situação “ habilitado ” ?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>		Art. 4º, § 3º
3	Quando se tratar das demais Pessoas Jurídicas de Direito Público:	-	-	-	-	Art. 4º, II

3.1	- Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa junto à Previdência Social - CND ou CPD-EN junto à Previdência Social	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>		Art. 4º, II, a
3.2	- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>		Art. 4º, II, b
3.3	- Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - Certificado de Regularidade do FGTS – CRF	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>		Art. 4º, II, c
3.4	- ata ou outro documento formal de designação da diretoria em exercício	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>		Art. 4º, II, d
3.5	- apresentação de exemplar dos estatutos , regulamentos ou compromissos da entidade, devidamente registrados em cartório	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>		Art. 4º, II, e
4	Dentre as certidões e o certificado supramencionados há algum que não seja negativo ou positivo com efeitos de negativo ?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>		Art. 4º
5	Quando se tratar de entidades privadas sem fins lucrativos referidas no § 1º do art. 199 da Constituição Federal:	-	-	-	-	Art. 4º, III
5.1	- certidão do registro e arquivamento dos atos constitutivos da entidade no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou Junta Comercial do Estado	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>		Art. 4º, III, a
5.2	- ata ou outro documento formal de designação da diretoria em exercício	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>		Art. 4º, III, b

5.3	- apresentação de exemplar dos estatutos , regulamentos ou compromissos da entidade, devidamente registrados em cartório.	○	○	○		Art. 4º, III, c
5.4	- comprovação de funcionamento regular da instituição, atestada pela Prefeitura Municipal	○	○	○		Art. 4º, III, d
5.5	- Certidão de regularidade com a Fazenda municipal .	○	○	○		Art. 4º, III, e
5.6	- Certidão de regularidade com a Fazenda estadual .					Art. 4º, III, e
5.7	- Certidão de regularidade com a Fazenda federal .					Art. 4º, III, e
5.8	- Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa junto à Previdência Social - CND ou CPD-EN junto à Previdência Social	○	○	○		Art. 4º, III, f
5.9	- Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - Certificado de Regularidade do FGTS – CRF	○	○	○		Art. 4º, III, g
5.10	- CNPJ (cópia)	○	○	○		Art. 4º, III, h
5.11	- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT	○	○	○		Art. 4º, III, i

5.12	- Cópia do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na Área de Saúde (CEBAS – SAÚDE), ou de outra área, desde que comprove a entrega dos documentos necessários à avaliação do Ministério da Saúde	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>		Art. 4º, III, j
6	O CEBAS apresentado refere-se à área da saúde ?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>		Art. 4º, III, j
7	Há comprovação da entrega dos documentos necessários à avaliação do Ministério da Saúde ?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>		Art. 4º, III, j
8	O CEBAS apresentado está dentro do seu período de validade ?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>		Art. 4º, III, j
9	Dentre as certidões supramencionadas há alguma que não seja negativa ou positiva com efeitos de negativa ??	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>		Art. 4º
10	Quando se tratar de Consórcio Público :	-	-	-	-	Art. 4º, IV
10.1	- contrato de consórcio público (cópia)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>		Art. 4º, IV, a
10.2	- ata de posse ou ato de designação do representante legal do consórcio público (cópia)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>		Art. 4º, IV, b
10.3	- documento de identidade do representante legal do consórcio público (cópia)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>		Art. 4º, IV, c
10.4	- CPF do representante legal do consórcio público (cópia)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>		Art. 4º, IV, d

10.5	- Certidão de Regularidade junto ao CHE (Cadastro para Habilitação em Convênios do Estado) de todos os entes consorciados, vedada a celebração de convênio caso exista irregularidade por parte de algum dos entes consorciados.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>		Art. 4º, IV, e
11	Há algum consorciado com irregularidade no CHE ?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>		Art. 4º, IV, e

CONVÊNIOS ADMINISTRATIVOS

LISTA DE VERIFICAÇÃO

Requisitos para a Celebração

Legislação de Regência: Lei Federal nº 8666/93 e Instrução Normativa CAGE nº 06/2016.

Item	Requisito	SIM	NÃO	N/A ¹	Número da folha no processo ²	Fundamento Jurídico
Plano de Trabalho						
1	O Plano de Trabalho está assinado por autoridade competente ?	○	○	-		Art. 5º, § 1º
2	O Plano de Trabalho possui a especificação completa do bem a ser produzido ou adquirido ?	○	○	-		Art. 5º, § 2º, I
3	A justificativa contém a caracterização dos interesses recíprocos ?	○	○	-		Art. 5º§ 2º, IV
4	A justificativa contém a relação entre a proposta apresentada e os objetivos e as diretrizes do programa estadual ?	○	○	-		Art. 5º, § 2º, IV
5	Há descrição clara do(s) :	-	-	-	-	Art. 5º, § 2º, V
5.1	- público alvo ?	○	○	-		Art. 5º, § 2º, V
5.2	- resultados esperados ?	○	○	-		Art. 5º, § 2º, V
6	As informações apresentadas, relativas à capacidade técnica e gerencial do proponente para execução do objeto, são suficientes ?	○	○	-		Art. 5º, § 2º, VI

7	O Plano de Trabalho foi analisado quanto à sua viabilidade técnica ?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	-		Art. 6º
8	O Plano de Trabalho foi analisado quanto à sua viabilidade orçamentária ?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	-		Art. 6º
9	O Plano de Trabalho foi analisado quanto à sua viabilidade financeira ?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	-		Art. 6º
10	O Plano de Trabalho foi expressamente aprovado pela administração pública estadual ?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	-		Art. 8º
Projeto Básico e Termo de Referência						
11	Há, no caso de obras ou serviços de engenharia:	-	-	-	-	Art. 5º, § 2º, II
11.1	- Projeto Básico contendo os elementos de que trata o inciso IX do artigo 6º da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 ?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>		Art. 9º, II, a
11.2	- orçamentos unitário e global ?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>		Art. 9º, II, a
11.3	- quantitativos físicos ?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>		Art. 9º, II, a
11.4	- plantas ?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>		Art. 9º, II, a
11.5	- memorial descritivo ?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>		Art. 9º, II, a
12	O Projeto Básico está acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART ou de Registro de Responsabilidade Técnica – RRT ?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>		Art. 7º, § 2º

13	O Projeto Básico está expressamente aprovado, com base em parecer fundamentado , por profissional de engenharia ou de arquitetura do município proponente ?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>		Art.11
14	O Projeto Básico está expressamente aprovado, com base em parecer fundamentado , pela autoridade concedente ?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>		Art.11
15	Os orçamentos de preços unitários e globais relativos à execução de obras e/ou serviços de engenharia e de arquitetura estão expressamente aprovados, com base em parecer fundamentado , por profissional de engenharia ou de arquitetura do município proponente ?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>		Art.11
16	Os orçamentos de preços unitários e globais relativos à execução de obras e/ou serviços de engenharia e de arquitetura estão expressamente aprovados, com base em parecer fundamentado , pela autoridade concedente ?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>		Art.11
17	O custo global das obras e dos serviços de engenharia e de arquitetura realizados com recursos do Estado foi obtido a partir de custos unitários de insumos ou de serviços do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI , em se tratando de construção civil, ou na tabela do Sistema de Custos de Obras Rodoviárias - SICRO , no caso de obras e de serviços rodoviários ?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>		Art.11, § 2º

18	O custo global das obras e dos serviços de engenharia e de arquitetura realizados com recursos do Estado foi obtido a partir dos sistemas de custos já adotados e aceitos pelo Tribunal de Contas do Estado – TCE ?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>		Art.11, § 3º
19	No caso de aquisição de bens ou prestação de serviços, o proponente apresentou o Termo de Referência conforme o modelo anexo à Instrução Normativa CAGE 06/2016 ?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>		Art. 5º, § 2º, III
20	O Termo de Referência está devidamente preenchido ?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>		Anexo da IN CAGE 06/2016
21	O Termo de Referência está devidamente assinado ?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>		Anexo da IN CAGE 06/2016
22	O valor médio apresentado pelo Termo de Referência confere exatamente com o valor registrado no Plano de Trabalho?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>		Anexo da IN CAGE 06/2016
23	Caso o Projeto Básico ou o Termo de Referência tenha sido dispensado devido à padronização do objeto , a dispensa está devidamente comprovada pela autoridade estadual competente ?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>		Art. 7º, § 3º
Operacionalização						
24	Há comprovação, emitida pelo sistema, de que a entidade proponente não possui registro de pendência ativa no CADIN/RS ?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	-		Art. 9º, I, a

25	Há comprovação do cadastramento , no sistema FPE, contendo o número e a data ?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	-		Art. 9º, I, b
26	Há comprovação da existência de dotação orçamentária e sua liberação mediante Solicitação de Recurso Orçamentário – SRO ?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>		Art. 9º, I, c
27	Foi juntada a comprovação de que a proponente é a legítima proprietária do imóvel a ser utilizado no objeto do convênio ?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>		Art. 9º, II, b
28	Está claro que o imóvel a ser utilizado no objeto do convênio encontra-se livre e desonerado ?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>		Art. 9º, II, b
29	Foi acostado cópia da Lei Municipal que autoriza o Poder Executivo a ceder ou doar ao Estado imóvel a ser utilizado no objeto do convênio ?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>		Art. 9º, II, c
30	Há declaração do Prefeito Municipal de que os atos para a formalização do processo, referentes à celebração do convênio, não contrariam a Lei Orgânica do Município, na forma do Anexo, item 7.1 ?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>		Art. 9º, II, d
31	Há declaração do Prefeito Municipal de que há previsão orçamentária e existência dos recursos próprios referentes à contrapartida mínima exigível para complementar a execução do objeto, na forma do Anexo, item 7.1 ?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>		Art. 9º, II, e
32	Há declaração do representante legal da entidade privada sem fins lucrativos referida no § 1º do art. 199 da Constituição Federal , na forma do Anexo, item 7.2 ?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>		Art. 9º, II, i

33	Há declaração do representante legal do Consórcio Público , na forma do Anexo, item 7.3 ?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>		Art. 9º, II, j
34	Há licença prévia para construir, dos órgãos ambientais e demais esferas administrativas, se o objeto se referir à obra pública ?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>		Art. 9º, II, f
35	O documento da instituição financeira, informando a agência e o número da conta corrente específica para movimentação dos recursos, está devidamente identificada pelo nome e número do convênio constante no FPE ?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	-		Art. 9º, II, g
36	Em se tratando de Municípios, a contrapartida pactuada está de acordo com os percentuais mínimos e as condições estabelecidas na Lei Estadual de Diretrizes Orçamentárias do exercício financeiro em que o convênio for assinado ?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>		Art. 13, § 2º
37	Há comprovação de que o valor considerado como contrapartida alocada por meio de bem imóvel resulta da avaliação realizada pela Fazenda Pública Municipal ?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>		Art. 13, § 3º
38	A contrapartida do consórcio público é superior a 18% do valor do repasse estadual ?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>		Art. 13, § 4º
39	Há parecer da assessoria jurídica ?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	-		Art. 9º, III, a
40	Há alguma ressalva ou sugestão no parecer da assessoria jurídica ?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	-		Art. 9º, III, a

41	A sugestão da assessoria jurídica foi acolhida ?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>		Art. 9º, III, a
42	A situação do Módulo de Convênios e Parcerias do FPE foi alterada de <i>aprovado juridicamente</i> para <i>liberado para a Seccional</i> ?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>		Art. 8º, § 1º

CONVÊNIOS ADMINISTRATIVOS

LISTA DE VERIFICAÇÃO

Termo de Convênio

Legislação de Regência: Lei Federal nº 8666/93 e Instrução Normativa CAGE nº 06/2016

Item	Requisito	SIM	NÃO	N/A	Número da folha no processo	Fundamento Jurídico
1	O preâmbulo contém o número sequencial emitido pelo sistema FPE, com indicação da sigla do órgão ou da entidade ?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>		Art. 15, I
2	O Termo de Convênio possui a denominação, o endereço e o número do CNPJ/MF do concedente, do conveniente e, se for o caso, do interveniente ?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>		Art. 15, II
3	O nome, o endereço, o número e o órgão expedidor da Carteira de Identidade e o número do CPF dos respectivos responsáveis ou daqueles que estiverem atuando por delegação de competência expressa estão descritos no Termo de Convênio ?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>		Art. 15, III
4	O Termo de Convênio contém o número do processo que originou o convênio e a menção expressa de subordinação à Instrução Normativa CAGE 06/2016, à Lei Federal nº 8.666/93, à Lei Estadual de Diretrizes Orçamentária, à Lei Complementar Federal nº 101/2000 e às normas específicas ?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>		Art. 15, IV

5	Tratando-se de consulta popular, o número do código do instrumento de programação, identificando o projeto ou a atividade, está estabelecido no Termo de Convênio ?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>		Art. 15, V
6	Cláusulas obrigatórias do Termo de Convênio	-	-	-	-	Art. 16
6.1	A cláusula referente ao objeto e seus elementos característicos está com descrição clara, detalhada e precisa do que se pretende realizar ou obter ?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>		Art. 16, I
6.2	A previsão de liberação de recursos financeiros obedecem ao cronograma de desembolso constante do Plano de Trabalho ?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>		Art. 16, II
6.3	Há cláusula dispendo sobre as condições de liberação de recursos financeiros mediante comprovação da aplicação das parcelas recebidas ?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>		Art. 16, II
6.4	O Termo de convênio possui cláusula estabelecendo a dotação orçamentária à conta da qual correrá a despesa, com especificação da classificação funcional programática, da natureza da despesa e do recurso ?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>		Art. 16, III
6.5	A vigência do convênio foi fixada de acordo com o prazo previsto para a execução do objeto expresso no Plano de Trabalho ?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>		Art. 16, IV
6.6	Há cláusula dispendo sobre o cronograma de execução, com especificação das datas de início e de conclusão, expresso no Plano de Trabalho ?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>		Art. 16, V

6.7	Há cláusula estabelecendo a obrigatoriedade do conveniente de realizar a efetiva publicação do instrumento convocatório de licitação no prazo de 90 (noventa dias) , a contar do recebimento da parcela única ou primeira parcela do repasse ?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>		Art. 16, VI
6.8	A destinação e os direitos dos partícipes relativamente aos bens adquiridos, produzidos, transformados ou construídos, quando da conclusão do objeto ou da extinção do convênio estão dispostos no termo de convênio ?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>		Art. 16, VII
6.9	A forma de contrapartida, quando esta for exigível, foi estabelecida ?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>		Art. 16, VIII
6.10	Há cláusula dispondo sobre a forma da prestação de contas, parcial e/ou final, dos recursos recebidos ?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>		Art. 16, IX
6.11	O prazo para devolução dos saldos remanescentes e a apresentação da prestação de contas estão descritos no Termo de Convênio ?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>		Art. 16, X
6.12	Há cláusula estabelecendo a forma de acompanhamento e de fiscalização local, inclusive prevendo mecanismos de controle social, mediante a ação de Conselhos ou Comissões, com vista à avaliação dos resultados do convênio ?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>		Art. 16, XI
6.13	A obrigatoriedade de restituição de recursos, nos casos previstos na Instrução Normativa CAGE 06/2016, foi descrita no termo de convênio ?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>		Art. 16, XI

6.14	Há cláusula dispondo expressamente sobre a obrigação do conveniente de manter e movimentar os recursos na conta bancária específica do instrumento, vedada a movimentação dos recursos em outras contas do conveniente e o gerenciamento de outros recursos na conta bancária específica ?	○	○	○		Art. 16, XI
6.15	O termo de convênio possui cláusula dispondo sobre o livre acesso dos servidores do órgão ou da entidade concedente, da CAGE e do Tribunal de Contas do Estado, aos processos, aos documentos, às informações e aos locais de execução do objeto, referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela Instrução Normativa CAGE 06/2016 ?	○	○	○		Art. 16, XIV
6.16	Há cláusula dispondo sobre a forma de comprovação do cumprimento do objeto, bem como a metodologia, no caso de serviços ?	○	○	○		Art. 16, XV
6.17	Há cláusula dispondo expressamente sobre a obrigatoriedade de o concedente divulgar em seu sítio eletrônico institucional as informações referentes a valores devolvidos, identificando o número do convênio e o nome do conveniente, nos casos de não execução total do objeto pactuado, extinção ou rescisão do instrumento	○	○	○		Art. 16, XVI
6.18	O termo de convênio dispõe sobre a responsabilidade solidária dos entes consorciados nos instrumentos que envolvam consórcios públicos ?	○	○	○		Art. 16, XVII

7	Há, no termo de convênio, alguma cláusula ou condição que preveja ou permita a(o) :	-	-	-	-	Art. 17
7.1	- alteração do objeto do convênio detalhado no Plano de Trabalho, mediante termo aditivo ?	○	○	○		Art. 17, I
7.2	- pagamento de gratificação, honorários por serviços de consultoria, assistência técnica e assemelhados, ou qualquer forma de remuneração, a servidores que pertençam aos quadros de pessoal da Administração Direta, Autarquias e Fundações da União, do Estado e dos Municípios, bem como de despesas a título de taxa de administração ou de gerência ou similares ?	○	○	○		Art. 17, II
7.3	- utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida no respectivo instrumento, ainda que em caráter de emergência, e a atribuição de efeitos financeiros retroativos ?	○	○	○		Art. 17, III
7.4	- realização de despesas em data anterior à vigência do instrumento ?	○	○	○		Art. 17, IV
7.5	- efetuar pagamento em data posterior à vigência do instrumento, salvo se o fato gerador da despesa tenha ocorrido durante a vigência do instrumento pactuado ?	○	○	○		Art. 17, V
7.6	- efetivação de despesas com multas, juros ou correção monetária, inclusive referente a pagamentos ou recolhimentos fora do prazo ?	○	○	○		Art. 17, VI
7.7	- aquisição de bens móveis usados ?	○	○	○		Art. 17, VII

7.8	- gerenciamento dos recursos do convênio em conta corrente que não seja a específica ?	○	○	○		Art. 17, VIII
7.9	- o aproveitamento de rendimentos de aplicações financeiras para ampliação ou acréscimo de metas ao plano de trabalho pactuado ?	○	○	○		Art. 17, IX

CONVÊNIOS ADMINISTRATIVOS

LISTA DE VERIFICAÇÃO

Liberação de Parcelas

Legislação de Regência: Lei Federal nº 8666/93 e Instrução Normativa CAGE nº 06/2016

Item	Requisito	SIM	NÃO	N/A ¹	Número da folha no processo ²	Fundamento Jurídico
1	O termo original do convênio está devidamente assinado , inclusive pelas duas testemunhas ?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	-		Art. 9º , Parágrafo Único c/c Art. 16, Parágrafo Único
2	A súmula foi publicada no Diário Oficial do Estado ?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	-		Art. 9º, Parágrafo Único
3	A parcela a ser liberada está de acordo com o respectivo cronograma de desembolso ?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	-		Art. 21, I, a
4	As condições de liberação de recursos financeiros dispostas no Termo de Convênio foram atendidas ?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	-		Art. 16, II
5	Quando houver parcelamento do repasse estadual, será exigida a apresentação de Prestação de Contas Parcial , demonstrando o cumprimento de etapa ou fase anterior , como condição para liberação da parcela subsequente.	-	-	-	-	Art. 21, II, p
6	O conveniente apresentou a Prestação de Contas Parcial que demonstra o cumprimento de etapa ou fase anterior ?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	-		Art. 21, II, p c/c Art. 33, I
7	O fiscal estadual do convênio realizou inspeção in loco por ocasião do ateste inerente à liberação desta parcela ?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>			Art. 26, Parágrafo Único c/c Art. 30

8	O fiscal estadual do convênio ou os responsáveis pela análise da Prestação de Contas Parcial constataram que:	-	-	-	-	Lei Federal nº 8666/93, art. 116, § 3º
8.1	- não houve comprovação da aplicação das parcelas anteriormente recebidas ?	○	○	-		Lei Federal nº 8666/93, art. 116, § 3º, I
8.2	- houve desvio de finalidade na aplicação dos recursos; ou atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programadas; ou práticas atentatórias aos princípios fundamentais de Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução do objeto ?	○	○	-		Lei Federal nº 8666/93, art. 116, § 3º, II
8.3	- o conveniente executor deixou de adotar alguma medida saneadora apontada pela concedente ?	○	○	-		Lei Federal nº 8666/93, art. 116, § 3º, III
9	Na execução de obras e serviços de engenharia , a liberação das parcelas subsequentes fica condicionada à apresentação pelo conveniente dos boletins de medição com valor superior a 10% (dez por cento) dos limites mínimos previstos nas alíneas b, c e d do inciso I do artigo 30.	-	-	-	-	Art. 30, Parágrafo Único
9.1	Considerando o valor de repasse do convênio, o Boletim de Medição apresenta valor superior a 10% (dez por cento) do limite mínimo supramencionado ?	○	○	○		Art. 30, Parágrafo Único
10	Na hipótese de inexistência de execução financeira após 180 (cento e oitenta) dias da liberação da primeira parcela, sem justificativa, tal fato ensejará a extinção antecipada do convênio.	-	-	-	-	Art. 23

10.1	Tratando-se da liberação da segunda parcela, já transcorreram mais de 180 (cento e oitenta) dias da liberação da primeira parcela ?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>		Art. 23
11	A execução financeira mencionada acima foi comprovada pela concedente:	-	-	-	-	Art. 23, Parágrafo Único
11.1	- nos casos de aquisição de bens, pela realização da despesa, verificada pela quantidade parcial entregue e atestada ?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>		Art. 23, Parágrafo Único, I
11.2	- nos casos de realização de serviços e obras, pela realização parcial com a medição correspondente atestada	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>		Art. 23, Parágrafo Único, II

CONVÊNIOS ADMINISTRATIVOS

LISTA DE VERIFICAÇÃO

Termo Aditivo

Legislação de Regência: Lei Federal nº 8666/93 e Instrução Normativa CAGE nº 06/2016.

Item	Requisito	SIM	NÃO	N/A ¹	Número da folha no processo ²	Fundamento Jurídico
1	Está demonstrado que a proposta de alteração do instrumento foi apresentada ao concedente em, no mínimo, 60 (trinta) dias antes do término de sua vigência ou no prazo nele estipulado ?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	-		Art. 18
2	A proposta de alteração do instrumento modifica o objeto aprovado ?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>		Art. 18
3	Tratando-se de prorrogação do prazo de vigência do convênio mediante termo aditivo, o conveniente apresentou:	-	-	-	-	Art. 19, II
3.1	- os motivos detalhados que justifiquem o atraso ocorrido na execução ?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>		Art. 19, II, a
3.2	- os motivos detalhados que justifiquem o prazo de prorrogação solicitado ?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>		Art. 19, II, a
3.3	- as ações que já foram realizadas para sanar os motivos apresentados como justificativas para o atraso ?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>		Art. 19, II, b

3.4	- o extrato da conta corrente bancária específica ?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>		Art. 19, II, c
3.5	- a descrição detalhada dos itens do plano de trabalho que já foram executados ?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>		Art. 19, II, d
3.6	- a descrição detalhada dos itens do plano de trabalho que ainda serão executados ?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>		Art. 19, II, d
3.7	- os comprovantes das emissões das notificações ao respectivo conselho local (ou à instância de controle social da área vinculada ao programa de governo que originou a transferência, quando houver), e à Câmara Municipal ?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>		Art. 19, II, e
3.8	- o comprovante da publicação do instrumento convocatório de licitação no prazo estabelecido, bem como de sua prorrogação, se houver ?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>		Art. 19, II, f
4	Está evidenciado que as notificações suprarreferidas foram efetivamente realizadas no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias após o recebimento do recurso ?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>		Art. 31, § 1º
5	As notificações indicam que uma cópia do Plano de Trabalho assinado fora entregue juntamente com cada uma delas ?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>		Art. 31, § 1º
6	Está demonstrado que o instrumento convocatório de licitação foi efetivamente publicado no prazo de 90 (noventa dias) , a contar do recebimento da primeira parcela do repasse ou da parcela única ?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>		Art. 19, II, f c/c Art. 21, II, x

7	Há manifestação do fiscal estadual do convênio ?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	-		Art. 19, II
8	O novo Plano de Trabalho foi analisado quanto à sua viabilidade técnica ?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	-		Art. 6º
9	O novo Plano de Trabalho foi expressamente aprovado pela administração pública estadual ?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	-		Art. 8º
10	Trata-se de aditamento de valor ? <i>Obs: Caso a resposta seja “SIM”, a administração pública estadual também deve cumprir o disposto no art. 4º, § 4, e juntar a Lista de Verificação - Convênios Administrativos – Habilitação.</i>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	-		Art. 4º, § 4
11	O Termo aditivo se refere ao aproveitamento de rendimentos de aplicações financeiras para ampliação ou acréscimo de metas ao plano de trabalho pactuado ?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	-		Art. 17, IX
12	A situação do Módulo de Convênios e Parcerias do FPE foi alterada de <i>aprovado juridicamente</i> para liberado para a Seccional ?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>		Art. 8º, § 1º

CONVÊNIOS ADMINISTRATIVOS

LISTA DE VERIFICAÇÃO

Prestação de Contas Parcial

Legislação de Regência: Lei Federal nº 8666/93 e Instrução Normativa CAGE nº 06/2016.

Item	Requisito	SIM	NÃO	N/A ¹	Número da folha no processo ²	Fundamento Jurídico
1	A prestação de contas parcial (realizada quando o objeto for executado em etapas ou quando o repasse for parcelado) contém:	-	-	-	-	Art. 34
1.1	- ofício de encaminhamento, dirigido à autoridade máxima do órgão ou da entidade estadual ?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	-		Art. 34, I
1.2	- relação de pagamentos ?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	-		Art. 34, II
1.3	- relação dos bens adquiridos, produzidos ou construídos à conta do convênio, indicando o seu destino final, quando estabelecido no convênio ?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	-		Art. 34, III
1.4	- fotografias dos bens adquiridos, produzidos ou construídos à conta do convênio ?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	-		Art. 34, IV
1.5	- Boletim de Medição, no caso de obras ou serviços de engenharia	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>		Art. 34, V
1.6	- cópia do comprovante de emissão da notificação ao respectivo conselho local ou a instância de controle social da área vinculada ao programa de governo que originou a transferência ? <i>Obs: apenas por ocasião da primeira prestação de contas parcial.</i>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>		Art. 34, Parágrafo Único c/c art. 31, § 2º

1.7	<p>- cópia do comprovante da emissão da notificação à respectiva Câmara Municipal ?</p> <p><i>Obs: apenas por ocasião da primeira prestação de contas parcial.</i></p>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>		Art. 34, Parágrafo Único c/c art. 31, § 2º
2	O ofício de encaminhamento, dirigido à autoridade máxima do órgão ou da entidade estadual, contém os dados identificadores do convênio e da parcela ou etapa, e o número do processo de origem ?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	-		Art. 34, I
3	A relação de pagamentos evidencia o: número e modalidade da licitação, número do contrato, nome e CNPJ ou CPF do contratado, número do empenho, número do cheque ou Ordem Bancária (Transferência Eletrônica), número do documento fiscal, e data e valor do empenho, do pagamento e do documento fiscal ?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	-		Art. 34, II
4	A relação de pagamentos está em ordem cronológica ?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	-		Art. 34, II
5	Está evidenciado que as notificações suprarreferidas foram efetivamente realizadas no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias após o recebimento do recurso ?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>		Art. 31
6	As notificações indicam que uma cópia do Plano de Trabalho assinado foram entregues juntamente com cada uma delas ?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>		Art. 31

CONVÊNIOS ADMINISTRATIVOS

LISTA DE VERIFICAÇÃO

Prestação de Contas Final

Legislação de Regência: Lei Federal nº 8666/93, Instrução Normativa CAGE nº 06/2016 e Circular CAGE nº 03, de 11 de junho de 2012.

Item	Requisito	SIM	NÃO	N/A ¹	Número da folha no processo ²	Fundamento Jurídico
1	No processo de prestação de contas final há:	-	-	-	-	Art. 35
1.1	- ofício de encaminhamento , dirigido à autoridade máxima do órgão ou entidade estadual, onde constem os dados identificadores do convênio e o número do processo de origem ?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>		Art. 35, I
1.2	- cópia do Termo de Convênio e respectivas alterações ?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>		Art. 35, II
1.3	- cópia do Plano de Trabalho devidamente aprovado pelo concedente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>		Art. 35, III
1.4	- Relatório da execução físico-financeira , evidenciando as etapas físicas e os valores correspondentes à conta de cada partícipe ?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>		Art. 35, IV
1.5	- Termo de Compatibilidade Físico-Financeira , quando se tratar de obra não concluída, que demonstre a situação física da obra em relação aos recursos repassados, inclusive a contrapartida do executor e/ou do conveniente ?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>		Art. 35, IV

1.6	- Demonstrativo da execução da receita e da despesa do convênio , de modo a evidenciar as receitas, classificadas segundo a natureza econômica dos ingressos (transferências, contrapartidas, rendimentos das aplicações financeiras), as despesas realizadas e o saldo dos recursos não aplicados, firmado por Contador ou Técnico em Contabilidade devidamente habilitado ?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>		Art. 35, V
1.7	- cópia das notas de empenho/liquidação , em caso de pessoa jurídica de direito público ?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>		Art. 35, VI
1.8	- relação de pagamentos , evidenciando: número e modalidade da licitação, número do contrato, nome e CNPJ ou CPF do contratado, número do empenho, número do cheque ou Ordem Bancária (Transferência Eletrônica), número do documento fiscal, e data e valor do empenho, do pagamento e do documento fiscal, em ordem cronológica ?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>		Art. 35, VII
1.9	- relação dos bens adquiridos, produzidos ou construídos à conta do convênio, indicando o seu destino final, quando estabelecido no convênio ?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>		Art. 35, VIII
1.10	- extrato da conta bancária específica , desde o recebimento do primeiro depósito até o último pagamento ?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>		Art. 35, IX
1.11	- movimentação dos rendimentos auferidos da aplicação financeira ?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>		Art. 35, IX
1.12	- conciliação bancária ?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>		Art. 35, IX

1.13	- Demonstrativo do Resultado das Aplicações Financeiras adicionado aos recursos iniciais com os respectivos documentos comprobatórios ?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>		Art. 35, X
1.14	- comprovantes de recolhimento dos saldos não utilizados , inclusive rendimentos financeiros, à conta do recurso estadual do convênio ?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>		Art. 35, XI
1.15	- relatório da realização de objetivos e metas avançadas, acompanhado dos elementos necessários à comprovação do cumprimento do objeto do convênio, através da emissão de termo de que os objetivos foram atingidos, ou de que os bens adquiridos estão instalados e em funcionamento ou, quando se tratar de obra, termo de conclusão da obra ou de recebimento definitivo, emitido pela equipe ou pelo órgão estadual competente ?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>		Art. 35, XII
1.16	- certidões de quitação dos encargos incidentes sobre a obra , na forma da legislação em vigor e o documento hábil expedido pelo Poder Público Municipal em relação à liberação da obra para uso e utilização, em observância aos fins autorizados, quando for o caso ?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>		Art. 35, XIII
1.17	- ata de manifestação do controle social respectivo , através do Conselho Municipal ou comissão de cidadãos, que congregue, no âmbito municipal, ações incluídas no objeto do convênio, quanto à execução física e ao seu atingimento ou declaração, sob as penas da lei, de que o Conselho e a comissão inexistem ?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>		Art. 35, XIV

1.18	- cópia do despacho adjudicatório e homologação das licitações realizadas ou justificativas para sua dispensa ou inexigibilidade , com o respectivo embasamento legal, quando o conveniente pertencer à administração pública ?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>		Art. 35, XV
1.19	- parecer do Órgão de Controle Interno Municipal quanto à correta e regular aplicação dos recursos objeto do convênio, quando se tratar de Municípios e, no caso de entidade privada, parecer contábil que deverá ser emitido por profissional habilitado ?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>		Art. 35, XVI
1.20	- cópia da Portaria de designação do Fiscal do Convênio e do respectivo suplente, em se tratando de pessoa jurídica de direito público ?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>		Art. 35, XVII
1.21	- documento fiscal que comprove a avaliação realizada pela Fazenda Pública Municipal , quando se tratar de contrapartida alocada mediante bem imóvel ?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>		Art. 35, XVIII
1.22	- cópias dos documentos fiscais comprobatórios das despesas realizadas, apresentadas conjuntamente e em ordem cronológica ?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>		Art. 35, XIX
1.23	- fotografias dos bens adquiridos, produzidos ou construídos à conta do convênio ?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>		Art. 35, XX
1.24	- no caso de realização de curso, treinamento ou instrução, relação contendo as seguintes informações:	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>		Art. 35, XXI

1.24 a	<ul style="list-style-type: none"> nome do evento, local onde foi realizado, data ou período de realização, nome do docente, treinador ou instrutor, e a carga horária executada ? 	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>		Art. 35,XXI, a
1.24 b	<ul style="list-style-type: none"> nome completo, número do CPF e do telefone, e-mail e assinatura dos participantes ? 	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>		Art. 35,XXI, b
1.24 c	<ul style="list-style-type: none"> listas de presença assinadas em cada etapa do evento ? 	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>		Art. 35,XXI, c
1.24 d	<ul style="list-style-type: none"> cópia dos certificados de conclusão do curso, treinamento ou instrução ? 	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>		Art. 35,XXI, d
1.24 e	<ul style="list-style-type: none"> fotografias do evento ? 	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>		Art. 35,XXI, e
2	A relação de pagamentos está em ordem cronológica ?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	-		Art. 35, VII
3	O parecer do Órgão de Controle Interno Municipal declara que os recursos foram utilizados de acordo com as despesas previstas no plano de trabalho ?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>		Art. 35, XVI
4	De acordo com as cópias apresentadas (art. 35, XIX), há algum documento fiscal comprobatórios das despesas realizadas que não :	-	-	-	-	Art. 35, § 3º
4.1	- foi emitido em nome do conveniente ?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	-		Art. 35, § 3º,a
4.2	- possui identificação do número ou do nome do respectivo convênio ?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	-		Art. 35, § 3º,a
4.3	- possui identificação do procedimento licitatório realizado ?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>		Art. 35, § 3º,a
4.4		<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	-		Art. 35, § 3º,a

	- possui identificação do contrato firmado ?					
4.5	- foi atestado por servidor competente devidamente identificado, ou, no caso de entidade de direito privado, por dois empregados, identificados através dos registros da Cédula de Identidade e do Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda?	○	○	-		Art. 35, § 3º,b c/c Art. 21, II, m
5	Nos casos de não execução total do objeto pactuado, extinção ou rescisão do instrumento , o concedente divulgou em seu sítio eletrônico institucional as informações referentes aos valores devolvidos, identificando o número do convênio e o nome do conveniente ?	○	○	○		Art. 16, XVI
6	O fiscal (estadual) do convênio atestou a efetiva execução do objeto conveniado ?	○	○	-		Art. 26, parágrafo único, b
7	A unidade de finanças ou o setor responsável pelo exame da prestação de contas pronunciou-se, através da emissão de parecer financeiro , quanto à correta e regular aplicação dos recursos no objeto conveniado?	○	○	-		Art. 35, § 1º

8	O setor ou unidade técnica responsável pelo programa, projeto ou atividade, emitiu parecer técnico ou laudo de vistoria quanto à execução física e atingimento dos objetivos do convênio?	○	○	-		Art. 37, § 2º
9	A prestação de contas foi homologada , com manifestação conclusiva , pelo ordenador de despesas ?	○	○	-		Art. 37, § 3º

GUIA DE PROCEDIMENTOS **CONVÊNIOS**

PERGUNTAS E RESPOSTAS

PERGUNTAS E RESPOSTAS

A quais instrumentos é aplicado o disposto na Instrução Normativa (IN) CAGE nº 06/16?

Independente da denominação do instrumento, o disposto nessa IN aplica-se a todo acordo, ajuste, termo de cooperação e congêneres que detenham as características do disposto na definição de convênio, consoante o inciso II do art. 2º dessa norma, o que inclui, também, convênios oriundos de Consulta Popular.

Cabe ressaltar, entretanto, que a IN supracitada também normatiza outros instrumentos além do disposto no parágrafo anterior.

A IN CAGE nº 06/16 prevê, além dos convênios, outros instrumentos para realizar as ações governamentais?

Em virtude de características específicas que não são contempladas pelos convênios, a IN CAGE nº 06/16 trouxe, nos incisos XXIV e XXV do art. 2º, os seguintes instrumentos: Termo de Cooperação e Termo de Compromisso, respectivamente.

No primeiro, temos um instrumento em que são formalizados os ajustes para ingresso de receitas no caixa do Estado, bem como aqueles que não envolvam transferência de recursos financeiros ou despesas à conta do orçamento do Estado.

Quanto ao segundo, a peculiaridade do instrumento é ter como partícipes, exclusivamente, órgãos e entidades pertencentes à Administração Pública estadual.

O que é um convênio?

É um instrumento utilizado para a transferência de recursos, em que os partícipes são, de um lado, órgão, autarquia ou fundação da Administração Pública estadual e, de outro, órgão ou entidade pública de outra esfera de governo, consórcios públicos ou entidades beneficentes de assistência social da área de saúde que participem, de forma complementar, do Sistema Único de Saúde - SUS.

A que se destina um convênio?

O convênio destina-se à execução descentralizada de programa do governo estadual, compreendendo realização de atividade, de serviço, de aquisição de bens ou de evento de interesse comum, em regime de mútua cooperação entre os partícipes.

Pode haver alteração no Convênio após sua celebração?

Sim, poderá haver alteração no convênio celebrado, por meio de proposta devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada

ao Concedente no prazo de, no mínimo, 60 (trinta) dias antes do término de sua vigência ou de outro prazo nele estipulado.

Todavia vale ressaltar que a alteração do objeto é, expressamente, vedada.

A quem é vedada a celebração de convênio com a Administração Pública Estadual?

De acordo com o art. 16 da IN CAGE nº 06/16, é vedada, por exemplo, a celebração de convênios com pessoas físicas ou pessoas jurídicas de direito privado com fins lucrativos; entidades sem fins lucrativos que tenham, em relações anteriores com o estado, incorrido em omissão no dever de prestar contas; ou entidades que tenham, como dirigente, membro de Poder ou do Ministério Público.

Há algum procedimento de habilitação pelo qual devem passar os partícipes?

Sim, esse procedimento de habilitação existe, inclusive é feito previamente à celebração do convênio, e nele é exigida uma série de documentos, conforme o disposto no art. 4º da IN CAGE nº 06/2016, do proponente, que é aquele que manifesta interesse em firmar o convênio com a Administração Pública estadual.

Que documento deverá conter o detalhamento das obrigações de cada partícipe?

As obrigações constarão do Plano de Trabalho, documento que conterá todo o detalhamento das responsabilidades assumidas pelos partícipes, trazendo, inclusive, as informações necessárias à identificação do projeto ou da atividade que compuser o convênio. O Plano de Trabalho constará em processo administrativo próprio e será analisado, somente, após a aprovação do proponente no procedimento de habilitação.

Há cláusulas que devem, obrigatoriamente, constar no Termo de Convênio?

Sim, dentre as cláusulas obrigatórias, temos: a descrição detalhada do objeto, em consonância com o Plano de Trabalho; as datas de início e de conclusão do instrumento firmado; e o prazo e a forma da prestação de contas.

Há cláusulas ou condições que não possam ser incluídas no Termo de Convênio?

Sim, o art. 17 da IN CAGE nº 06/16 especifica, expressamente, quais cláusulas ou condições têm sua inserção vedada no Termo de Convênio.

Dentre essas, constam: permissão para que o objeto do convênio seja alterado; possibilidade de realizar despesas com data anterior

à vigência do instrumento firmado; e pagamento de qualquer remuneração a servidor de quaisquer entes federados.

Os procedimentos simplificados para celebração de instrumentos são aplicados em que situações?

A adoção de procedimentos simplificados pode ser utilizada para celebração de Termo de Compromisso ou de Termo de Cooperação, consoante o disposto no art. 46 da IN CAGE nº 06/16. Cabe lembrar, no entanto, que esses Termos devem ser cadastrados no Módulo Convênios e Parcerias, no sistema de Finanças Públicas do Estado – FPE, ainda que se adote o procedimento simplificado para celebração.

Aos Termos de Cooperação ou de Compromisso, a adoção de procedimentos simplificados inclui a habilitação da entidade?

Sim, pois, nesses casos, a Administração Pública estadual não é obrigada a exigir do partícipe uma habilitação prévia aos moldes daquela que é condição necessária para a celebração de convênios, conforme dispõe o art. 4º da IN CAGE nº 06/16.

A IN CAGE nº 06/16 estabelece normas sobre a celebração de convênios com entidade estrangeira?

Sim, essa IN traz dispositivos específicos sobre o assunto, conforme expresso em seus art. 48, 49 e 50; um desses dispositivos,

por exemplo, expressa a necessidade de prévia consulta à União para celebrar convênio com entes de direito internacional público. É importante ressaltar que essa Instrução regula quaisquer convênios em que a Administração Pública estadual figure como concedente, independente da origem, da classificação ou do regime jurídico daquele que com ela se relaciona como conveniente.

Nos casos de convênios celebrados com entidade estrangeira ou com organização internacional em que o Estado for concedente, a prestação de contas será efetuada na forma prevista pela entidade conveniente?

Não, porquanto, sempre que o Estado for concedente, a prestação de contas será efetuada na forma prevista pela IN CAGE nº 06/16.

O que é e para qual fim se destina a Lista de Verificação?

É um documento utilizado para organizar e padronizar a instrução do processo administrativo atinente às Parcerias firmadas pelo Estado do Rio Grande do Sul, em cada uma de suas etapas, desde a Manifestação de Interesse Social até a Prestação de Contas Final. As LVs padronizam o processo porque devem ser utilizadas em qualquer Parceria que se deseja firmar; e organizam o processo administrativo pois, além de outras especificidades, apontam cada um dos itens que devem ser atendidos para o fiel cumprimento das disposições da IN CAGE nº 06, de 2016.

As Listas estão disponíveis no link Convênios e Parcerias CAGE/DCD, no Sistema de Informações da CAGE - SIN-CAGE, acessado pelo Portal de Legislação e Jurisprudência do Estado do Rio Grande do Sul (<http://www.legislacao.sefaz.rs.gov.br>).

A quem compete o preenchimento da Lista de Verificação?

A LV é preenchida pela Administração Pública Estadual a partir dos documentos anexados ao processo administrativo, isto é, apesar de ser uma atribuição do ente estadual, tomará como base certidões, justificativas e pareceres que não necessariamente tenham sido produzidos pelo ente, mas, sim, por exemplo, pela própria Organização Parceira.

Cabe ressaltar que cada LV contida no processo deve ser assinada por autoridade competente, a qual assume responsabilidade pelas informações que constam na Lista, porém os documentos que embasaram seu preenchimento continuam sendo de responsabilidade daquele que os produziu.

Quais Listas de Verificação devem ser acostadas aos expedientes administrativos por ocasião da celebração do convênio?

Nesse momento, devem ser acostadas 03 (três) Listas de Verificação: a de Habilitação, a de Requisitos para a Celebração e a de Termo de Convênio.

Qual a natureza dos recursos que podem ser transferidos por meio de convênio?

A natureza desses recursos é corrente ou de capital, e sua transferência tem caráter voluntário, portanto não envolve aquelas advindas de determinação constitucional, legal ou destinadas ao Sistema Único de Saúde.

Dessa maneira, é mister lembrar que as exigências definidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF para que um ente federativo esteja apto a receber transferências voluntárias, também, deverão ser atendidas pelos entes que desejam celebrar convênios com a Administração Pública estadual.

Qual procedimento deve ser adotado para adquirir bens ou para contratar serviços com recursos oriundos de convênio?

A aquisição de bens ou a prestação de serviços, que sejam objeto do convênio, primeiramente, devem estar discriminadas em um Termo de Referência, documento que, integrante do convênio, conterá elementos capazes de propiciar a avaliação do custo desses objetos, diante de orçamento detalhado, levando em consideração os preços praticados no mercado, a definição dos métodos utilizados e o prazo de execução do objeto.

A entidade participe, quando executar o previsto no Termo supracitado, ou seguirá as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 ou, quando não estiver sob a égide dessa Lei, realizará uma pesquisa de preços no mercado, coletando, no mínimo, o preço de

três fornecedores do mesmo ramo de atividade, o que será comprovado por orçamentos levantados na localidade ou na região.

No Cronograma de Execução do Plano de Trabalho, a coluna Valor Unitário deve ser preenchida com os valores expressos no Termo de Referência?

Sim. Os valores registrados nessa coluna, prevista no Cronograma de Desembolso, são oriundos da Média dos Valores Unitários que foram calculados no Termo de Referência.

Sendo assim, o registro do Valor Unitário deve ser idêntico ao da Média dos Valores Unitários, devendo ser cotejado pelos servidores estaduais responsáveis pela análise do Plano de Trabalho, por constituir importante ponto de controle.

A IN CAGE nº 06/16 prevê alocação de recursos, pelo conveniente, a título de contrapartida?

Conforme critérios especificados nesse normativo, é exigida dos municípios e dos consórcios públicos uma alocação mínima de recursos a título de contrapartida.

Os entes municipais, por exemplo, deverão atender os parâmetros estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias estadual; para os consórcios públicos, por sua vez, ficou estabelecido que a contrapartida não poderá ser inferior a 18% do valor do repasse estadual.

A Contrapartida pode ser alocada mediante bens ou serviços?

Sim. A contrapartida pode ser efetuada tanto por meio de recursos próprios quanto mediante bens ou serviços mensuráveis economicamente, desde que satisfeitas as demais exigências previstas no art. 13 da IN CAGE nº 06/16.

Caso se dê por alocação de bem imóvel de município, por exemplo, o valor a ser considerado como contrapartida será aquele que resultar da avaliação realizada pela Fazenda Pública Municipal.

No caso de haver obra ou serviço de engenharia no objeto do convênio, deve existir documento específico para discriminá-los?

Sim, nesse caso, deve haver um Projeto Básico que contenha os elementos necessários e suficientes para caracterizar a obra ou o serviço de engenharia.

Além disso, esse Projeto deve assegurar a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, assim como a avaliação do custo da obra ou do serviço de engenharia a ser realizado.

Em imóveis que não integram o patrimônio estadual, há alguma padronização a ser seguida para realizar obras ou serviços de engenharia?

Sim, o regime de execução de obras ou serviços de engenharia, mediante recurso de convênio, em imóveis que não integrem o

patrimônio do Estado do Rio Grande do Sul, foi padronizado por meio do Decreto Estadual nº 53.541/17.

Entre as regras que devem ser seguidas pelo conveniente, citam-se as seguintes: dispor de estrutura que permita acompanhar e fiscalizar a execução do objeto; ter os orçamentos de preços unitários e globais aprovados por profissional do município partícipe; e, dependendo do caso, obter o custo global da realização pretendida a partir do Sistema de Custos de Obras Rodoviárias ou do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil.

A entidade privada partícipe poderá contratar o serviço de terceiros para executar o objeto?

Sim, permite-se a contratação de serviços de terceiros quando houver expressa previsão no plano de trabalho e estiver descrita em Termo de Referência, ainda que a regra seja a execução direta, pelo conveniente, da integralidade do objeto.

A quem compete acompanhar e fiscalizar, em nome da Administração Pública estadual, a execução do convênio celebrado?

Sem prejuízo das atribuições da CAGE e do TCE-RS, a competência para acompanhar e para fiscalizar tal execução é do Fiscal do Convênio, o qual será designado, assim como seu

suplente, por meio de Portaria emitida pelo titular do órgão ou da entidade da Administração Pública estadual.

Quais as atribuições do Fiscal do Convênio?

Ao Fiscal do Convênio, caberá efetuar a fiscalização e o ateste da efetiva execução do objeto conveniado, informando, inclusive, as datas em que foram realizadas visitas ao local da execução do instrumento, verificando a compatibilidade entre a execução do objeto e o que foi estabelecido no Plano de Trabalho.

Há, ainda, outras atribuições previstas na Seção I - Do Acompanhamento e Da Fiscalização, do Capítulo VII da IN CAGE nº 06/16, como, por exemplo, a de determinar ao conveniente o que for necessário para a regularização dos defeitos observados na execução do instrumento celebrado.

O concedente tem a obrigação de programar visitas ao local da execução do objeto?

Sim, o concedente tem a obrigação de programar e de realizar visitas ao local da execução do objeto, as quais, no caso de não ocorrer, devem ser devidamente justificadas.

Essas visitas serão programadas conforme critérios estabelecidos na IN CAGE nº 06/16, os quais atendem especificidades oriundas tanto da natureza do objeto quanto do montante de recursos envolvidos no convênio celebrado.

Recebido o recurso transferido pela Administração Pública estadual, o conveniente estará obrigado a prestar contas do valor recebido?

Sim. Conforme prevê o Capítulo VIII – da Prestação de Contas, da IN CAGE nº 06/16, compete ao conveniente o ônus de comprovar a regularidade na aplicação dos recursos públicos oriundos de convênios celebrados com a Administração Pública estadual.

Para realizar essa obrigação, lançará mão de documentação em que demonstre a regularidade dos gastos efetuados, bem como o nexo de causalidade entre esses e os recursos repassados, em conformidade aos objetivos pactuados.

A suspensão de pendência ativa no CADIN/RS pode ser prorrogada por mais de 60 (sessenta) dias?

Não. A suspensão pode ser prorrogada, mediante justificativa do ordenador de despesas, em até 60 (sessenta) dias.

A solicitação de suspensão de pendência ativa no CADIN/RS deve explicitar que a documentação apresentada pelo conveniente está completa?

Sim. O ofício encaminhado à Seccional da CAGE deve ser inequívoco quanto à completude da documentação apresentada pelo conveniente por ocasião da prestação de contas.

Em quais situações ocorrerá a Prestação de Contas Parcial?

Quando o objeto for executado em etapas ou o repasse for parcelado, o conveniente deverá realizar a Prestação de Contas Parcial, de maneira que demonstre o cumprimento de etapa ou de fase anterior, por meio, pelo menos, dos documentos exigidos pelo art. 34 da IN CAGE nº 06/16.

Cabe ressaltar que a Prestação de Contas Parcial é condição a ser satisfeita para liberação da parcela subsequente de recurso, quando houver, e comporá, juntamente com a Prestação de Contas Final, processo administrativo único e específico.

Os documentos fiscais que comporão a Prestação de Contas serão os originais?

Não. Esses documentos serão cópias dos documentos fiscais originais, os quais devem permanecer em poder da entidade partícipe, em arquivo próprio, durante um período de 05 (cinco) anos, a partir da data de julgamento da Prestação de Contas à qual se referirem.

Os documentos comprobatórios das despesas realizadas devem conter informações acerca do convênio ao qual pertencem?

Sim. Conforme determina o § 1º do art. 35 da IN CAGE nº 06/16, além de conter a identificação de número e de nome do respectivo convênio, esses documentos devem conter, entre outras informações, o nome do conveniente e o ateste, efetuado por

servidor competente devidamente identificado, do recebimento de material e/ou da prestação de serviço.

Ressalta-se que estarão sujeitas à glosa as despesas cujos documentos fiscais não atenderem o dispositivo supracitado.

Em decorrência da execução de convênio, quais as situações que ensejam Tomada de Contas Especial (TCE), e quem é o responsável por instaurá-la?

As situações que ensejam TCE são as seguintes: i) prejuízos ao erário, ainda que por omissão do partícipe conveniado; ii) ausência injustificada de prestação de contas; ou iii) aplicação dos recursos transferidos em desacordo com o objeto do convênio.

A responsabilidade por instaurar a TCE cabe ao dirigente máximo do órgão ou entidade da Administração Pública estadual que houver firmado o convênio.

Como se dá o Controle Social e Institucional dos convênios celebrados?

Compete ao conveniente, quando ocorrer a liberação da primeira parcela ou do repasse único dos recursos financeiros, notificar o respectivo conselho local ou a instância de controle social da área vinculada ao programa de governo que originou a transferência, quando houver, e a respectiva Câmara Municipal, para que possa haver acompanhamento, fiscalização e avaliação das ações pactuadas no instrumento firmado.

Além disso, a CAGE disponibilizará, acerca dos convênios celebrados, informações concernentes à formalização, à execução e à prestação de contas, por meio do Portal de Convênios e Parcerias RS.

Os convênios celebrados podem ser extintos antecipadamente ao prazo neles previsto?

Sim. Isso pode ocorrer de duas maneiras: a primeira, é a faculdade que possui o partícipe para se retirar do convênio a qualquer tempo; e a segunda maneira de extinção antecipada decorre, por iniciativa da Administração Pública estadual, de uma das situações prescritas no art. 38 da IN CAGE nº 06/16, como, por exemplo, a demora injustificada da entidade partícipe na execução do objeto e a não-aplicação, pelo conveniente, da contrapartida pactuada.



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA FAZENDA



www.cage.fazenda.rs.gov.br